



Retrato Territorial de Portugal

2011



Edição 2013



Estatísticas
oficiais



RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2011

FICHA TÉCNICA

Título

Retrato Territorial de Portugal 2011

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 845 40 84

Presidente do Conselho Diretivo

Alda de Caetano Carvalho

Design, Composição e Impressão

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Tiragem

150 exemplares

ISSN 1646-0448

ISBN 978-989-25-0213-7

Depósito Legal nº 214842/04

Periodicidade Bienal

Preço: € 17,00 (IVA incluído)

O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt



808 201 808

(rede fixa nacional)

+ 351 218 440 695 (outras redes)



**ANO INTERNACIONAL
DA ESTATÍSTICA** 2013: Ano Internacional da Estatística

ORGANIZAÇÃO PARTICIPANTE Promover, à escala mundial, o reconhecimento da Estatística ao serviço da Sociedade

© INE, I.P., Lisboa - Portugal, 2013

A reprodução de quaisquer páginas desta obra é autorizada, exceto para fins comerciais, desde que mencionando o INE, I.P. como autor, o título da obra, o ano de edição e a referência Lisboa-Portugal.

ÍNDICE



Nota introdutória	19
Parte I – A caracterização do sistema urbano e a organização do território	21
Enquadramento	21
I.1. A ocupação do território	24
Da litoralização à dimensão urbana	25
A mobilidade residencial: espaços ganhadores e espaços perdedores	33
I.2. A estruturação do sistema urbano	44
A rede de centralidades	44
O escalonamento urbano e as assimetrias regionais	49
I.3. A organização funcional dos territórios: os movimentos pendulares	56
A interação funcional dos territórios	59
A dependência e a polarização funcional dos territórios	66
Considerações finais	73
Conceitos	78
Parte II – A perspetiva territorial das transformações familiares recentes	81
Enquadramento	81
II.1. A relevância das famílias unipessoais	83
O isolamento dos idosos	85
A autonomização dos jovens	95
A separação familiar dos imigrantes	100
II.2. A importância da monoparentalidade	109
A monoparentalidade feminina	113
A nuclearização da monoparentalidade feminina	117
II.3. A expressão das relações conjugais não formalizadas	120
A relevância das uniões de facto	121
A coabitação de recomposição familiar	126
Considerações finais	130
Conceitos	134



Parte III – O diagnóstico territorial da reabilitação e do arrendamento habitacionais.....	137
Enquadramento	137
III.1. A caracterização do parque habitacional.....	140
A concentração territorial do parque habitacional.....	141
A idade do parque habitacional	149
O excedente quantitativo de alojamentos	153
III.2. A requalificação e a reabilitação da habitação	158
A expressão dos alojamentos não clássicos.....	159
A intensidade das necessidades de reabilitação do parque habitacional.....	164
As carências internas de infraestruturas na habitação própria e arrendada.....	172
III.3. O mercado de arrendamento	175
A expressão territorial do mercado de arrendamento	178
A diferenciação territorial do custo e das características dos contratos de arrendamento	182
O regime de propriedade dos alojamentos arrendados ou subarrendados.....	189
O perfil socioeconómico dos arrendatários.....	193
Considerações finais	201
Conceitos	206
 Bibliografia	 211
 Siglas e abreviaturas	 217
 Anexo 1 Divisão territorial da região NUTS II Norte: NUTS III e municípios.....	 218
Anexo 2 Divisão territorial da região NUTS II Centro: NUTS III e municípios.....	219
Anexo 3 Divisão territorial da região NUTS II Lisboa: NUTS III e municípios	220
Anexo 4 Divisão territorial da região NUTS II Alentejo: NUTS III e municípios.....	221
Anexo 5 Divisão territorial da região NUTS II Algarve: NUTS III e municípios.....	222
Anexo 6 Divisão territorial da região NUTS II Região Autónoma dos Açores:	
NUTS III e municípios	223
Anexo 7 Divisão territorial da região NUTS II Região Autónoma da Madeira:	
NUTS III e municípios	224

ÍNDICE DE CAIXAS



Parte I – A caracterização do sistema urbano e a organização do território 21

Caixa I.1	Mobilidade residencial	34
Caixa I.2	Diagrama triangular	37
Caixa I.3	Áreas Metropolitanas	38
Caixa I.4	Curva de Zipf	50
Caixa I.5	Mobilidade pendular	58

Parte II – A perspectiva territorial das transformações familiares recentes 81

Caixa II.1	Tipologia censitária das unidades estatísticas ‘Família’ e ‘Núcleo Familiar’	93
Caixa II.2	Delimitação etária da condição de jovem.....	96
Caixa II.3	Curva de Lorenz e Índice de Gini	101
Caixa II.4	Quociente de localização.....	102
Caixa II.5	Delimitação de uma tipologia de famílias	107
Caixa II.6	Delimitação de uma tipologia de núcleos familiares monoparentais femininos.....	117

Parte III – O diagnóstico territorial da reabilitação e do arrendamento habitacionais..... 137

Caixa III.1	Tipologia censitária dos alojamentos	141
Caixa III.2	Curva de Lorenz e Índice de Gini	147
Caixa III.3	Excedente de alojamentos e Carências habitacionais quantitativas	154
Caixa III.4	Tipologia censitária do regime de propriedade e da forma de arrendamento dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual.....	178
Caixa III.5	Quociente de localização.....	190

ÍNDICE DE FIGURAS



Parte I – A caracterização do sistema urbano e a organização do território	21
Figura I.1 Densidade populacional, por freguesia, 2011	27
Figura I.2 Densidade populacional, Portugal e NUTS II, 1991, 2001 e 2011	28
Figura I.3 Taxa de variação da população residente, Portugal e NUTS II, 1991/2001 e 2001/2011	28
Figura I.4 Taxa de variação da população residente 1991/2011 e densidade populacional em 2011, por NUTS III	29
Figura I.5 Taxa de variação da população residente, por município, 1991/2001	31
Figura I.6 Taxa de variação da população residente, por município, 2001/2011	31
Figura I.7 Variação da proporção da população residente em lugares com dois mil ou mais habitantes face à população total do município, por município, 2001/2011	32
Figura I.8 Proporção da população residente em lugares com dois mil ou mais habitantes face à população total do município, por município, 2011	32
Figura I.9 Proporção de população residente que 5 anos antes residia noutra freguesia, noutro município ou noutro país, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011 e proporção da população residente que mudou de residência na mesma freguesia, Portugal e NUTS II, 2011	35
Figura I.10 Repartição das migrações residenciais por local de proveniência, por NUTS II, 2011	36
Figura I.11 Âmbitos espaciais da mobilidade residencial, por município, 2001	38
Figura I.12 Âmbitos espaciais da mobilidade residencial, por município, 2011	38
Figura I.13 Taxa de repulsão interna e fluxos relativos residenciais de saída, por município, 2005/2011	40



RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2011

Figura I.14	Saldo migratório interno, por NUTS III, 2005/2011	41
Figura I.15	Taxa migratória interna, por NUTS III, 2005/2011	41
Figura I.16	Taxa migratória interna, por município, 2005/2011	42
Figura I.17	Distribuição dos lugares com dois mil ou mais habitantes segundo os escalões de dimensão populacional, Portugal, 1981, 1991, 2001 e 2011	45
Figura I.18	Distribuição da população residente em lugares com dois mil ou mais habitantes segundo os escalões de dimensão populacional, Portugal, 1981, 1991, 2001 e 2011	46
Figura I.19	População residente em lugares com dois mil ou mais habitantes, Portugal, 2011	48
Figura I.20	Curvas de Zipf (escalamento urbano), Portugal, 1981, 1991, 2001 e 2011	51
Figura I.21	Índice de primazia e índice de macrocefalia do sistema urbano nacional, Portugal, 1981, 1991, 2001 e 2011	52
Figura I.22	Índice de primazia do sistema urbano e população dos dois maiores lugares, por NUTS III, 2011	54
Figura I.23	Índice de macrocefalia do sistema urbano e população dos três maiores lugares, por NUTS III, 2011	54
Figura I.24	Repartição da população residente que trabalha ou estuda segundo o local de trabalho ou estudo, Portugal e NUTS II, 2011	59
Figura I.25	Âmbitos espaciais dos movimentos casa-trabalho ou estudo, por município, 2001	60
Figura I.26	Âmbitos espaciais dos movimentos casa-trabalho ou estudo, por município, 2011	60
Figura I.27	Densidade de população residente empregada ou estudante, por município de trabalho ou estudo, 2011	62
Figura I.28	Diferença da densidade da população empregada ou estudante, por município de trabalho ou estudo face ao município de residência, e lugares não metropolitanos com 20 mil ou mais habitantes, 2011	63



Figura I.29	Mobilidade pendular e fluxos relativos de interação da população empregada ou estudante, por município, 2011	65
Figura I.30	Proporção da população empregada e da população estudante cujo local de trabalho ou de estudo é noutro município, Portugal e NUTS II, 2011	67
Figura I.31	Proporção da população empregada cujo local de trabalho é noutro município, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011	67
Figura I.32	Taxa bruta de atração dos movimentos casa-trabalho e fluxos relativos de entrada de população empregada, por município, 2011	69
Figura I.33	Taxa de repulsão interna dos movimentos casa-trabalho e fluxos relativos de saída de população empregada, por município, 2011	70
Figura I.34	Índice de polarização de emprego, por município, 2001	72
Figura I.35	Índice de polarização de emprego, por município, 2011	72
Parte II – A perspetiva territorial das transformações familiares recentes.....		81
Figura II.1	Indicadores das famílias, Portugal, 1970-2011	84
Figura II.2	Proporção de famílias clássicas unipessoais, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011	85
Figura II.3	Estrutura etária da população residente, Portugal, 1991, 2001 e 2011	86
Figura II.4	Proporção de população residente com idade entre os 0 e os 14 anos, por NUTS II, 1991, 2001 e 2011	87
Figura II.5	Proporção de população residente com 65 ou mais anos de idade, por NUTS II, 1991, 2001 e 2011	87
Figura II.6	Variação do índice envelhecimento, por município, 2001/2011	89
Figura II.7	Índice de envelhecimento, por município, 2011	89
Figura II.8	Variação do índice de longevidade, por município, 2001/2011	89



Figura II.9	Índice de longevidade, por município, 2011	89
Figura II.10	Proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011	90
Figura II.11	Proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos, por freguesia, 2011	91
Figura II.12	Variação da proporção de famílias clássicas com cinco ou mais pessoas, por município, 2001/2011	94
Figura II.13	Proporção de famílias clássicas com cinco ou mais pessoas, por município, 2011	94
Figura II.14	Proporção de pessoas entre os 18 e os 34 anos que constituem famílias unipessoais, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011	97
Figura II.15	Proporção de núcleos familiares com filhos tendo um dos filhos entre 25 e 34 anos, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011	97
Figura II.16	Proporção de pessoas entre os 18 e os 34 anos que constituem famílias unipessoais, por município, 2011	98
Figura II.17	Variação da proporção de núcleos familiares com filhos tendo um dos filhos entre 25 e 34 anos, por município, 2001/2011	99
Figura II.18	Proporção de núcleos familiares com filhos tendo um dos filhos entre 25 e 34 anos, por município, 2011	99
Figura II.19	Curva de concentração da população estrangeira por principais grupos de nacionalidades face ao total da população residente, por freguesia, 2011	102
Figura II.20	Índice de Gini da distribuição da população estrangeira e principais grupos de nacionalidades pelas freguesias face ao total de população residente, 2011	102
Figura II.21	Quocientes de localização da população estrangeira por principais grupos de nacionalidades e freguesia, 2011	104
Figura II.22	Proporção de mulheres estrangeiras residentes por principais grupos de nacionalidades face ao total da população estrangeira residente do respetivo grupo, por NUTS II, 2001	106



Figura II.23	Proporção de mulheres estrangeiras residentes por principais grupos de nacionalidades face ao total da população estrangeira residente do respetivo grupo, por NUTS II, 2011	106
Figura II.24	Pessoas de nacionalidade estrangeira em idade ativa segundo o tipo de família, Portugal e NUTS II, 2011	108
Figura II.25	Pessoas de nacionalidade portuguesa em idade ativa segundo o tipo de família, Portugal e NUTS II, 2011	108
Figura II.26	Proporção de núcleos familiares monoparentais, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011	111
Figura II.27	Proporção de núcleos familiares monoparentais segundo o estado civil da mãe ou do pai, por NUTS II, 2001	112
Figura II.28	Proporção de núcleos familiares monoparentais segundo o estado civil da mãe ou do pai, por NUTS II, 2011	112
Figura II.29	Proporção de núcleos familiares monoparentais de mãe com filhos, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011	113
Figura II.30	Proporção de núcleos familiares monoparentais com filhos inativos e idade inferior a 25 anos, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011	114
Figura II.31	Proporção de núcleos familiares monoparentais de mãe com filhos inativos e idade inferior a 25 anos, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011	114
Figura II.32	Variação da proporção de núcleos familiares monoparentais de mãe com filhos inativos e idade inferior a 25 anos, por município, 2001/2011	115
Figura II.33	Proporção de núcleos familiares monoparentais de mãe com filhos inativos e idade inferior a 25 anos, por município, 2011	115
Figura II.34	Proporção de núcleos familiares monoparentais de mãe com filhos inativos e idade inferior a 25 anos segundo o tipo de núcleo monoparental, Portugal e NUTS II, 2001	118
Figura II.35	Proporção de núcleos familiares monoparentais de mãe com filhos inativos e idade inferior a 25 anos segundo o tipo de núcleo monoparental, Portugal e NUTS II, 2011	118



RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL 2011

Figura II.36	Proporção de núcleos familiares monoparentais com um núcleo de mãe com filhos inativos e idade inferior a 25 anos, sem outras pessoas (núcleos simples), por NUTS III, 2011	119
Figura II.37	Proporção de núcleos familiares monoparentais com um núcleo de mãe com filhos inativos e idade inferior a 25 anos, com outras pessoas ou com dois ou mais núcleos (núcleos alargados e múltiplos), por NUTS III, 2011	119
Figura II.38	Proporção de população que vive em conjugalidade por tipo de relação conjugal, Portugal e NUTS II, 2011	121
Figura II.39	Proporção de núcleos conjugais de direito ou de facto, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011	122
Figura II.40	Variação da proporção de núcleos conjugais de direito, por município, 2001/2011	124
Figura II.41	Proporção de núcleos conjugais de direito, por município, 2011	124
Figura II.42	Variação da proporção de núcleos conjugais de facto, por município, 2001/2011	124
Figura II.43	Proporção de núcleos conjugais de facto, por município, 2011	124
Figura II.44	Proporção de núcleos familiares reconstituídos, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011	126
Figura II.45	Variação da proporção de núcleos familiares reconstituídos, por município, 2001/2011	127
Figura II.46	Proporção de núcleos familiares reconstituídos, por município, 2011	127
Figura II.47	Proporção de núcleos familiares reconstituídos de casais de facto, por NUTS III, 2011	129
Parte III – O diagnóstico territorial da reabilitação e do arrendamento habitacionais ...		137
Figura III.1	Densidade de edifícios, por freguesia, 2011	143
Figura III.2	Pisos por edifício com mais de um alojamento, por NUTS II, 1991, 2001 e 2011	145



Figura III.3	Densidade de edifícios e densidade de alojamentos, por NUTS III, 2011	146
Figura III.4	Curva de concentração dos alojamentos familiares por tipo de alojamento face à superfície, por freguesia, 2011	147
Figura III.5	Índice de Gini da distribuição pelas freguesias dos alojamentos familiares por tipo de alojamento face à superfície, 2011	147
Figura III.6	Idade média dos edifícios clássicos, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011	149
Figura III.7	Idade média dos edifícios clássicos, por município, 2011	150
Figura III.8	Densidade dos edifícios clássicos, segundo a época de construção, por NUTS III (Portugal = 100), 2011	151
Figura III.9	Densidade dos edifícios clássicos construídos até 1990, por freguesia, 2011	152
Figura III.10	Densidade dos edifícios clássicos construídos após 1990, por freguesia, 2011	152
Figura III.11	Taxa de variação do número de alojamentos familiares e taxa de variação do número de famílias clássicas, por NUTS III, 2001/2011	153
Figura III.12	Variação do excedente de alojamentos, por município, 2001/2011	155
Figura III.13	Excedente de alojamentos, por município, 2011	155
Figura III.14	Decomposição das carências habitacionais quantitativas, Portugal e NUTS II, 2011	156
Figura III.15	Taxa de variação do número de alojamentos familiares não clássicos e da população residente em alojamentos familiares não clássicos, Portugal e NUTS II, 2001/2011	160
Figura III.16	Taxa de variação do número de alojamentos familiares não clássicos, por município, 2001/2011	161
Figura III.17	Proporção de alojamentos familiares não clássicos, por NUTS II, 2001 e 2011	162



Figura III.18	Proporção de alojamentos familiares não clássicos, por freguesia, 2011	163
Figura III.19	Taxa de variação do número de edifícios clássicos com necessidade de grandes reparações ou muito degradados, Portugal e NUTS II, 2001/2011	164
Figura III.20	Proporção de edifícios clássicos com necessidade de grandes reparações ou muito degradados, por NUTS II, 2001 e 2011	165
Figura III.21	Variação da proporção de edifícios clássicos com necessidade de grandes reparações ou muito degradados, por município, 2001/2011	166
Figura III.22	Proporção de edifícios clássicos com necessidade de grandes reparações ou muito degradados, por município, 2011	166
Figura III.23	Proporção de edifícios clássicos com necessidade de grandes reparações ou muito degradados construídos até 1990 e construídos após 1990, Portugal e NUTS II, 2011	167
Figura III.24	Proporção de edifícios clássicos com acesso através de cadeira de rodas, por município, 2011	168
Figura III.25	Proporção de edifícios clássicos com acesso através de cadeira de rodas construídos até 1990 e construídos após 1990, Portugal e NUTS II, 2011	169
Figura III.26	Proporção de edifícios clássicos com mais de um alojamento e mais de um piso com elevador, por município, 2011	170
Figura III.27	Proporção de edifícios clássicos com mais de um alojamento e mais de um piso com elevador construídos até 1990 e construídos após 1990, Portugal e NUTS II, 2011	171
Figura III.28	Variação da proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual sem pelo menos uma das infraestruturas básicas, por município, 2001/2011	172
Figura III.29	Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual sem pelo menos uma das infraestruturas básicas, por município, 2011	172



Figura III.30	Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados e ocupados pelo proprietário sem pelo menos uma das infraestruturas básicas, Portugal e NUTS II, 2011	173
Figura III.31	Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados e ocupados pelo proprietário que dispõem de lugar de estacionamento, Portugal e NUTS II, 2011	174
Figura III.32	Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados e ocupados pelo proprietário que dispõem de aquecimento central e/ou de ar condicionado, Portugal e NUTS II, 2011	174
Figura III.33	Taxa de variação do número de alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados ou subarrendados, Portugal e NUTS II, 2001/2011	179
Figura III.34	Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados ou subarrendados, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011	179
Figura III.35	Taxa de variação do número de alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados ou subarrendados, por município, 2001/2011	180
Figura III.36	Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados ou subarrendados, por município, 2011	180
Figura III.37	Proporção de alojamentos familiares clássicos vagos para arrendar, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011	181
Figura III.38	Taxa de variação da média das rendas mensais com alojamentos arrendados e taxa de variação da média de encargos mensais com alojamentos próprios, Portugal e NUTS II, 2001/2011	183
Figura III.39	Taxa de variação da média das rendas mensais com alojamentos arrendados, por município, 2001/2011	184
Figura III.40	Média das rendas mensais com alojamentos arrendados, por município, 2011	184
Figura III.41	Média das rendas mensais com alojamentos arrendados, segundo o estado de conservação dos edifícios, por NUTS II, 2011	185



Figura III.42	Média de encargos mensais com alojamentos próprios, segundo o estado de conservação dos edifícios, por NUTS II, 2011	185
Figura III.43	Média das rendas mensais com alojamentos arrendados, segundo a época do contrato de arrendamento, por NUTS II, 2011	186
Figura III.44	Média das rendas mensais com alojamentos arrendados, segundo a forma de arrendamento, por NUTS II, 2011	186
Figura III.45	Alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados e subarrendados segundo a forma de arrendamento, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011	187
Figura III.46	Taxa de variação do número de alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados e subarrendados com contrato com prazo certo, Portugal e NUTS II, 2001/2011	187
Figura III.47	Variação da proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados e subarrendados com contrato com prazo certo, por NUTS III, 2001/2011	188
Figura III.48	Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados e subarrendados com contrato com prazo certo, por NUTS III, 2011	188
Figura III.49	Proporção dos alojamentos arrendados ou subarrendados, por entidade proprietária, Portugal e NUTS II, 2011	190
Figura III.50	Quocientes de localização dos alojamentos arrendados ou subarrendados, por entidade proprietária e município, 2011	192
Figura III.51	Repartição dos titulares arrendatários de alojamentos familiares clássicos de residência habitual segundo o sexo, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011	194
Figura III.52	Relação de masculinidade dos titulares arrendatários e proprietários de alojamentos familiares clássicos de residência habitual, Portugal e NUTS II, 2011	194
Figura III.53	Idade média (anos) dos titulares arrendatários de alojamentos familiares clássicos de residência habitual, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011	195



Figura III.54	Idade média (anos) dos titulares arrendatários e proprietários de alojamentos familiares clássicos de residência habitual, Portugal e NUTS II, 2011	195
Figura III.55	Repartição dos titulares arrendatários de alojamentos familiares clássicos de residência habitual segundo o grupo etário, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011	196
Figura III.56	Proporção de titulares arrendatários de alojamentos familiares clássicos de residência habitual com idade entre os 18 e os 34 anos, por município, 2011	197
Figura III.57	Proporção de titulares arrendatários de alojamentos familiares clássicos de residência habitual com 65 ou mais anos de idade, por município, 2011	197
Figura III.58	Proporção de titulares arrendatários de alojamentos familiares clássicos de residência habitual com pelo menos o ensino secundário completo, Portugal e NUTS II, 2001 e 2011	198
Figura III.59	Proporção de titulares dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual com pelo menos o ensino secundário completo, por condição de ocupação do alojamento, Portugal e NUTS II, 2011	198
Figura III.60	Proporção de titulares arrendatários dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual com pelo menos o ensino secundário completo, por município, 2011	199

NOTA INTRODUTÓRIA



O Retrato Territorial de Portugal 2011 visa valorizar, numa base analítica, a informação estatística de base territorial produzida pelo Sistema Estatístico Nacional, explorando temáticas com relevância territorial centradas em três domínios: *Qualificação territorial*, *Qualidade de vida e coesão* e *Crescimento e competitividade*. As análises desenvolvidas nesta edição têm por base os resultados definitivos dos Censos 2011, disponibilizados em novembro de 2012, e de anteriores recenseamentos da População e da Habitação. O INE pretende desta forma contribuir para um conhecimento mais alargado das potencialidades da informação censitária aplicada a temáticas de base territorial.

No domínio *Qualificação territorial*, são analisadas características físicas dos territórios que estruturam a organização do território – as formas de povoamento, a distribuição de equipamentos e infraestruturas e o património natural – numa perspetiva de desenvolvimento sustentável dos territórios, centrada na valorização dos recursos endógenos para a promoção da competitividade e coesão globais.

Os domínios *Qualidade de vida e coesão* e *Crescimento e competitividade* constituem abordagens com base em elementos fundamentais dos processos de reprodução económica e social que identificam a evolução das diversidades espaciais de desenvolvimento, assumindo que os territórios apresentam capacitações e desempenhos diferenciados e que constituem contextos permeáveis às dinâmicas ocorridas noutros territórios e/ou a outras escalas geográficas.

Nesta edição do Retrato Territorial de Portugal, o domínio *Qualificação territorial* aborda *A caracterização do sistema urbano e a organização do território*, por recurso à identificação das dinâmicas recentes da estruturação do povoamento, da hierarquia do sistema urbano e da organização funcional dos territórios. A análise da intensidade e do ritmo da urbanização permite uma leitura das assimetrias de ocupação do território nacional que constitui uma base essencial para a interpretação das dinâmicas de desenvolvimento. Para este quadro analítico salienta-se a informação censitária relativa às alterações de residência da população – que permitem captar as dinâmicas e padrões das migrações internas –, aos lugares – que constituem a base para a identificação dos aglomerados urbanos – e aos movimentos pendulares – que permitem ilustrar as principais bacias de vida quotidiana.

O domínio *Qualidade de vida e coesão* discute *A perspetiva territorial das transformações familiares recentes*, através da análise da relevância das famílias unipessoais, da importância da monoparentalidade e da expressão das relações conjugais não formalizadas. Sob um quadro de reconhecimento de uma maior expressão da diversidade de modelos familiares em Portugal, a análise de base territorial permite identificar perfis regionais distintos no que diz respeito



ao ritmo de transformação da família em Portugal. A informação recolhida para as unidades estatísticas censitárias “família” e “núcleo familiar”, articulada com a informação dos indivíduos, permite construir indicadores e tipologias de caracterização de famílias que, associados a uma desagregação territorial mais fina do que aquela que é possível para a generalidade dos inquéritos às famílias, constituem um instrumento de análise único para a identificação dos padrões territoriais das transformações familiares recentes.

No domínio *Crescimento e competitividade* é traçado *O diagnóstico territorial da reabilitação e do arrendamento habitacionais*, através da caracterização do parque habitacional e da avaliação do excedente de alojamentos, da identificação dos níveis de qualificação da habitação e da expressão do mercado de arrendamento. Este diagnóstico procura contribuir para o conhecimento do setor habitacional, na medida em que está em causa a transição de um modelo que tem assentado na construção de habitação e na aquisição de habitação própria para outro apoiado na dinamização da reabilitação e do arrendamento habitacionais. Neste âmbito, importa salientar as potencialidades da informação censitária para a caracterização do estado de conservação e das carências do parque habitacional, para a identificação do regime de propriedade dos alojamentos arrendados e do perfil dos arrendatários e para a avaliação das rendas mensais e dos encargos mensais associados à aquisição de habitação própria.

A análise em cada domínio do Retrato Territorial de Portugal desenvolve-se com uma estrutura comum: inicia-se com um ponto de *Enquadramento* onde se apresenta a importância da temática em estudo e se define a perspectiva de abordagem sobre a informação estatística associada a tópicos de discussão; neste âmbito, são identificados os principais indicadores em análise e apresentados os respetivos resultados, apoiados em imagens gráficas e cartográficas; cada domínio termina com as *Considerações finais* que retomam as principais conclusões que decorreram da análise desenvolvida.